



PMPP1501



03056001



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

CONCURSO PÚBLICO

056. PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

PROCURADOR MUNICIPAL

- ◆ Você recebeu este caderno contendo um tema de peça processual a ser desenvolvido.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Assine apenas no local indicado na capa; qualquer identificação ou marca feita pelo candidato no corpo deste caderno, que possa permitir sua identificação, acarretará a atribuição de nota zero à prova.
- ◆ É vedado, em qualquer parte do material recebido, o uso de corretor de texto, de caneta marca-texto ou de qualquer outro material similar.
- ◆ Redija o texto definitivo com caneta de tinta azul ou preta. Os rascunhos não serão considerados na correção. A ilegibilidade da letra acarretará prejuízo à nota do candidato.
- ◆ A duração da prova é de 2 horas, já incluído o tempo para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

Inscrição _____

USO EXCLUSIVO DO FISCAL

AUSENTE



Assinatura do candidato _____



PMPP1501



03056002

PCI Concursos

NÃO ESCREVA NESTA PÁGINA



PMPP1501



03056003



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

CONCURSO PÚBLICO

056. PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

PROCURADOR MUNICIPAL

PCI Concursos

NÃO ESCREVA NESTA PÁGINA



PMPP1501



03056004

PEÇA PROCESSUAL

O município de Presidente Prudente, em estudo de planejamento urbano, identificou a necessidade de criação de novo cemitério para atender às necessidades do município, em curto prazo. A equipe técnica identificou área que bem atenderia à criação de um novo cemitério, e o prefeito, então, expediu decreto declarando a utilidade pública da área.

Considerando que a área pertencia a um particular (Sr. Manuel de Jesus), o município ajuizou ação de desapropriação, ofertando R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) a título de indenização, com base no valor venal do imóvel. Houve regular citação do expropriado e, no curso do processo, foi elaborado laudo judicial prévio cuja conclusão foi de que o valor da propriedade era de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Acatando o laudo, a municipalidade procedeu ao depósito judicial de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), requerendo ao juiz a expedição de mandado de imissão provisória na posse. Ato contínuo, o expropriado apresentou laudo divergente, indicando que o valor da propriedade é de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

O magistrado proferiu decisão indeferindo o pedido de imissão provisória na posse, fundamentando sua decisão na inexistência de justa e prévia indenização, como prevê o inciso XXIV do artigo 5º da Constituição Federal de 1988. A decisão foi disponibilizada do Diário da Justiça Eletrônico, em 18 de janeiro de 2016 (segunda-feira), e publicada em 19 de janeiro de 2016 (terça-feira).

Na condição de procurador municipal, interponha o recurso adequado contra a decisão que indeferiu o pedido de imissão provisória na posse. A data do recurso deverá corresponder ao último dia do prazo, considerando que a intimação se deu pela imprensa oficial e desconsiderando as prerrogativas de prazos concedidas à Fazenda Pública.

Em hipótese alguma será considerado o texto escrito neste espaço.

Area with horizontal lines for text entry, overlaid with a large diagonal watermark reading 'RASCUNHO'.

NÃO ASSINE ESTA FOLHA



PMPP1501



03056012

PCI Concursos